

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 161.346 - RS (2018/0259682-2)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AGRAVANTE : HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO SA**  
**ADVOGADOS : MÁRIO DE FREITAS MACEDO FILHO - RS014630**  
**RAFAEL DA SILVA SILVA - RS100979**  
**JOÃO ALDIR PANOSSO JÚNIOR - RS094884**  
**AGRAVADO : ANDRESSA CRISTINA CRESCENCIO**  
**REPR. POR : IRACEMA CRESCENCIO - CURADOR**  
**ADVOGADO : SIDNEI DE OLIVEIRA - RS071203**  
**INTERES. : JUÍZO DE DIREITO DO SEGUNDO JUIZADO DA 16A**  
**VARA CÍVEL DE PORTO ALEGRE - RS**  
**INTERES. : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DA SEÇÃO**  
**JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

## DECISÃO

### Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por **GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO** contra decisão de minha lavra que conheceu do Conflito para declarar competente o Juízo suscitado – Juízo de Direito do 2º Juizado da 16ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS para julgar a ação de indenização por danos morais decorrente de erro médico.

Sustenta, em síntese, que a decisão padece de omissão, porquanto não teria sido analisado documento comprovando que em reunião extraordinária ocorrida em 26/09/2017, teria sido aprovada a mudança da natureza jurídica do Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A para Empresa Pública da União, o que alteraria a competência do juízo para julgar a demanda.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (certidão de fls. 309).

Despacho intimando as partes para se manifestarem acerca dos Embargos de Declaração opostos, em face do seu caráter potencialmente infringente (fl. 311e).

Certidão de decurso de prazo às fls. 322e e 324e.

Os embargos foram opostos tempestivamente.

A Embargante requereu a juntada de decisão prolatada pela Sra. Ministra Assusete Magalhães no Conflito de Competência n. 161.570/RS, a qual, também em sede de embargos de declaração, reconheceu a competência da Justiça Federal, dada a alteração da constituição social da Embargante, que passou a ser empresa pública federal

# Superior Tribunal de Justiça

(fls. 313/319e).

## **Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Com razão a embargante.

Em consulta ao sítio eletrônico ([www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)) verifica-se que ele se define como “(...) empresa pública, com personalidade de direito privado, sob controle acionário integral da União. É uma entidade da Administração Pública Federal Indireta, vinculada ao Ministério da Saúde, pelo disposto no artigo 146, do Decreto n. 99.244, de 10 de maio de 1990, sujeita à Lei n. 13.303/2016 – o Estatuto Jurídico das Empresas Estatais – e à Lei n. 6.404/1976 – a Lei das Sociedades por Ações”.

Portanto, seja à luz do art. 535 do Código de Processo Civil de 1973, ou nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo **Juízo Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul**, em face do **Juízo de Direito do 2º Juizado da 16ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS**, nos autos da Ação Revisional de Alimentos n. 5049476-80.2018.4047100 proposta por Andressa Cristina Crescênio, representada por Iracema Crescênio em face do Hospital Nossa Senhora da Conceição, por força de condenação por indenização por danos materiais decorrentes de erro médico (fls. 08/19e).

O Juízo suscitado declinou da competência para processar e julgar a presente ação, porquanto a Requerida é uma empresa pública federal, sob controle acionário da União, constituindo-se ente da Administração Pública Federal indireta, vinculada ao Ministério da Saúde (fls. 35/36e).

O Juízo suscitante declarou-se incompetente para o julgamento do feito e suscitou o presente conflito, Hospital Nossa Senhora da Conceição é uma sociedade de

# *Superior Tribunal de Justiça*

economia mista, embora controlada pela União, e não está elencada no rol do art. 109, I, da Constituição da República (fls. 39/42e).

O Ministério Público Federal opinou pelo reconhecimento da competência da Justiça Estadual (fls. 112/115e).

Inicialmente distribuído a Sra. Ministra Nancy Andrichi, em 02.10.2018 (fl. 110e), Sua Excelência conheceu do conflito de competência para reconhecer a competência da Justiça Estadual (fls. 117/119e).

Opostos embargos de declaração pelo Hospital Nossa Senhora da Conceição (fls. 123/228e), a Sra. Ministra Nancy Andrichi determinou a intimação da Recorrente para complementação das razões recursais, de forma a ajustá-la aos requisitos do art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 (fl. 243e).

A Embargante interpôs Agravo Interno (fls. 246/272e) e a Sra. Ministra Nancy Andrichi tornou sem efeito a decisão de fls. 117/119e e por se tratar de matéria de fundo de direito público, declinou da competência para processar e julgar o presente incidente (fl. 278e).

Os autos foram a mim redistribuídos em 20.05.2019 (fl. 285e).

Em decisão embargada, reputando ser o Hospital Nossa Senhora da Conceição sociedade de economia mista, declarei competente o Juízo de Direito do 2º Juizado da 16ª Vara Cível da Comarca de Porto Alegre/RS (fls. 286/290e).

A Embargante sustenta, em síntese, que a decisão padece de omissão, porquanto não teria sido analisado documento comprovando que em reunião extraordinária ocorrida em 26/09/2017, teria sido aprovada a mudança da natureza jurídica do Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A para Empresa Pública da União, o que alteraria a competência do juízo para julgar a demanda.

Consoante inteligência do art. 109, I, da Carta Política, como regra, a competência da Justiça Federal, em matéria cível, é estabelecida em razão da pessoa, abrangendo as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

Dessa forma, considerando que o Grupo Hospitalar Conceição – Hospital

# Superior Tribunal de Justiça

Nossa Senhora da Conceição tem natureza jurídica de empresa pública, a competência para julgar o feito é atraída para a Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da Constituição da República.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. MILITAR APOSENTADO. REVISÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. AÇÃO ORDINÁRIA NA QUAL A UNIÃO FIGURA NA CONDIÇÃO DE RÉ. COMPETÊNCIA RATIONAE PERSONAE DA JUSTIÇA FEDERAL. ART. 109, I, DA CF/88. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO FEDERAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 105/STJ. PRECEDENTES.**

*I. Cuida-se de Ação Ordinária, proposta por Maria de Jesus Vargas contra a União e João Balbino da Silva, visando a majoração da pensão, paga pelo segundo réu, para trinta por cento dos proventos percebidos pelo militar aposentado, bem como a condenação de ambos os réus em indenização a título de danos morais, por alegada omissão, negligência, descaso e má-fé com que trataram a demandante.*

*II. Nos termos do art. 109, I, da Constituição Federal, compete aos juízes federais processar e julgar "as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente do trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho".*

*III. O Superior Tribunal de Justiça tem firme jurisprudência no sentido de que "a competência da Justiça Federal, prevista no art.*

*109, I, da Constituição Federal, é fixada, em regra, em razão da pessoa (competência ratione personae), levando-se em conta não a natureza da lide, mas, sim, a identidade das partes na relação processual" (STJ, CC 105.196/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 22/02/2010).*

*IV. Além disso, "a definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada)" (STJ, CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 03/04/2012).*

*V. A simples presença, no feito, da União, na condição de ré, é suficiente*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*para afastar a competência da Justiça Estadual para processar e julgar a causa, determinando a competência da Justiça Federal, a teor da Súmula 150/STJ, segundo a qual "competete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".*

*VI. Se as alegações da autora quanto à responsabilidade da União pela revisão dos valores da pensão ou por dano moral são procedentes, ou não, trata-se de assunto a ser dirimido quando da apreciação da causa, pelo Juízo competente.*

*VII. Conflito conhecido, para declarar competente o Juízo Federal da 3ª Vara de Santa Maria/RS, o suscitante.*

(CC 136.303/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 10/02/2016).

Na mesma linha, EDCL no CC n. 161.570/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, j. 19.07.2019, DJe 03.09.2019.

Posto isso, acolho os Embargos de Declaração, com excepcional efeito infringente, para declarar competente o **JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** para o processamento do feito, nos termos do art. 955, parágrafo único, I, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora